

Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj  
Diretoria de Formação Profissional e Inovação - Difor  
Escola de Inovação e Políticas Públicas - Eipp  
Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Museus, Identidades e Comunidades - Cemic

Cássio Raniere Ribeiro da Silva

**Inventários participativos e seus desdobramentos:**  
Debates para a criação, difusão e autogestão de acervos biográficos

## **Inventários participativos e seus desdobramentos:**

Debates para a criação, organização, difusão e autogestão de acervos biográficos

Artigo científico apresentado no curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Museus, Identidades e Comunidades da Escola de Inovação e Políticas Públicas como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Mirela Leite Araújo

**Coorientador:** Prof. Átila Bezerra Tolentino

Cássio Raniere Ribeiro da Silva

**Inventários participativos e seus desdobramentos:**

Debates para a criação, organização, difusão e autogestão de acervos biográficos

Recife, 15 de outubro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Ms. Mirela Leite Araújo (Orientadora)  
Museóloga e Diretora do Museu da Abolição/MAB

---

Prof. Ms. Átila Bezerra Tolentino (Coorientador)  
Mestre em Sociologia (UFPB)

---

Prof. Dr. Hugo Menezes Neto  
Doutor em antropologia (UFPE)  
Avaliador Externo

## **Epígrafe**

*“Todo quadro negro é todo negro,  
é todo negro*

*E eu escrevo seu nome nele só pra demonstrar  
o meu apego”*

**(Maracatu Atômico, Chico Science)  
(Comp. Nelson Jacobina / Jorge Mautner)**

## **Dedicatória**

À minha família, amigas e amigos

As/os moradoras/res da Vila da Fábrica.

## **Agradecimento**

A minha orientadora, pela forma afável de me direcionar neste trabalho.

Ao meu coorientador, pela generosidade de suas contribuições.

As/os colegas do CEMIC, Coordenação, Direção e demais equipe da Fundaj.

A Rafael Bernardo pelo carinho, incentivo e apoio prestado ao longo da escrita.

RANIERE, Cássio R. da Silva. INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS E SEUS DESDOBRAMENTOS: Debates para a criação, criação, organização, difusão e autogestão de acervos biográficos. 51 folhas - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Museus, Identidades e Comunidades. Escola de Inovação e Políticas Públicas - FUNDAJ. Recife, 2020.

Esse artigo atende aos padrões de formatação da revista *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*.

## RESUMO

Desde agosto de 2017, desenvolvo pesquisa junto aos moradores da Vila da Fábrica no Inventário Participativo dos Bens Culturais de Camaragibe. As atividades foram realizadas junto à comunidade, sobre aspectos socioculturais e patrimoniais do município. Com isso, proponho debate sobre os limites da feitura comunitária na ordem do patrimônio, por onde faço crítica aos modelos empregados na atualidade, sobre tudo, quanto as políticas públicas. Após analisar o conteúdo biográfico que os moradores possuem, através dos acervos pessoais, proponho a criação de uma coleção compartilhada entre os moradores da Vila da Fábrica, onde suas casas são entendidas como acervos biográficos com potencial valor sociocultural para a cidade. Aqui, privilegio a memória da pessoa comum, suas famílias e o modo com qual teceram a malha social do seu bairro. Por fim, suscito um debate sobre a criação de uma exposição colaborativa e, ainda, produzo debates sobre a ideia de patrimônio e sua apropriação quando “acervos privados” são transformados em “objetos museais” que retornarão aos seus acervos de origem, criando um circuito alinhavado na malha social a qual pertencem.

**Palavras-chave:** Patrimônio; Coleção; Exposição; Memória; Comunitário;

RANIERE, Cássio R. da Silva. INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS E SEUS DESDOBRAMENTOS: **práticas integrativas na criação, organização, difusão e autogestão de acervos biográficos**. Nº 51 de folhas - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Museus, Identidades e Comunidades. Escola de Inovação e Políticas Públicas - FUNDAJ. Recife, 2020.

Esse artigo atende aos padrões de formatação da revista *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*.

### ABSTRACT

Since August 2017, I have been conducting a research with residents of Vila da Fábrica in the Participatory Inventory of Cultural Property of Camaragibe. The activities were done with the community, under socio-cultural and heritage aspects of the municipality. With that, I propose a debate about the limits of community work about heritage, where I criticize the models in use nowadays, above all, regarding public policies. After analyzing the biographical content that the residents have, through personal collections, I propose the creation of a collection shared among the residents of Vila da Fábrica, where their homes are understood as biographical collections with potential socio-cultural value for the city. Here, the memory of the common person, their families and the way in which they weave the social fabric of their neighborhood are privileged. This raises the idea of creating a collaborative exhibition and, also, producing debates about the idea of heritage and its appropriation when “private collections” are transformed into “museum objects” that will return to their original collections, creating a stitched circuit in the mesh to which they belong.

**Key words:** Heritage; Collection; Exposure; Memory; Community;

## LISTA DE ABREVIATURAS

SPHAN	SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
IPHAN	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
PNPI	PROGRAMA NACIONAL DE PATRIMÔNIO IMATERIAL
INRC	INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS
CEPPC	CONSELHO ESTADUAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
SECULT-PE	SECRETARIA DE CULTURA DE PERNAMBUCO
FUNDARPE	FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO
IPBCC	INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DOS BENS CULTURAIS DE CAMARAGIBE
ICOM	CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS
COVID-19	CORONA VIRUS DISEASE 2019



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>09</b>
<b>2 O INRC E SUAS (IN)ADEQUAÇÕES</b>	<b>12</b>
<b>3 INVENTÁRIO CAMARAGIBE E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL</b>	<b>15</b>
<b>4 O ENGENHO, A FÁBRICA DE TECIDOS E A VILA DA FÁBRICA</b>	<b>20</b>
<b>5 MUSEUS COMUNITÁRIOS, COLEÇÃO COMPARTILHADA E EXPOSIÇÃO COLABORATIVA</b>	<b>23</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>29</b>
<b>7 REFERÊNCIAS CONSULTADAS</b>	<b>30</b>
<b>8 APÊNDICES</b>	<b>34</b>
<b>9 ANEXOS</b>	<b>35</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Em grande medida os museus foram constituídos por narrativas dominantes onde tornou-se evidente o esquecimento das “pessoas comuns” e, quando representadas, resultam do distanciamento/separação do contexto orgânico-cultural vivido por elas, de modo que persiste uma narrativa idílica, fetichista ou mesmo do outro “inocente” como na categoria “arte naife<sup>1</sup>” que expressa a feitura de artistas “autodidatas” valoradas por uma elite intelectual. Assim, podemos questionar quais os aspectos da representação na arte/patrimônio que refletem a existência humana e se, de fato, faz-se necessário atender as normas e os modelos colonialistas que julgam através de uma “intelectualidade mórbida” aquilo que tem ou não valor para a nossa vida/existência cultural.

No Brasil, este projeto ganha seus contornos através de uma narrativa civilizatória que invariavelmente relega espaço de subalternidade às populações marginalizadas, como a população negra, quilombola, periférica e indígena que muitas vezes são continuamente representadas através de papéis de subordinação que lhes foi imposta ao longo de nossa história. Quanto as coleções etnográficas geridas por espaços de poder, museus tradicionais, centros culturais e de memória, existe outra problemática que é a apropriação de bens materiais destas populações, que foram saqueadas ou mesmo negociadas com margem bastante vantajosa para os adquirentes, que ostentam o poder através de peças que, em grande medida, folclorizam o outro, de modo que a cultura material destas sociedades são exibidas em coleções etnográficas, não só no Brasil, mas no mundo inteiro, vide o *Musée du Quai Branly* (França), que ostenta coleções, muitas vezes, requeridas por seus detentores através do direito a repatriação dos seus bens.

O debate nos leva, então, a pensar o museu em sua forma tradicional, com técnicas próprias de aquisição, conservação e organização, que rebatem na forma com que as comunidades tradicionais têm de gerir seus próprios bens, muitas vezes, distante das fórmulas adotadas para a proteção nestes espaços de poder. Ao transpormos esse debate para as políticas patrimoniais no Brasil, podemos perceber o viés colonialista quando da sua criação, passando por mudanças substanciais com o processo de redemocratização do país, caminhando para uma efetiva participação das pessoas nos processos de eleição, registro e salvaguarda daquilo que se é (?) patrimonializado. A lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937<sup>2</sup>, quando da criação do SPHAN - Serviço

---

<sup>1</sup> Categoria surgida no final do século XIX para designar a produção material do que uma elite intelectual e artística imaginava ser o “sensível” de pessoas que produziam arte para além das relações estilísticas formais, sendo fortemente utilizada no meio artístico brasileiro moderno.

<sup>2</sup> O SPHAN integrou a estrutura do Ministério da Educação e Saúde (MES), na categoria de instituições de educação extraescolar dos serviços relativos à Educação. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei\\_n\\_378\\_de\\_13\\_de\\_janeiro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_378_de_13_de_janeiro_de_1937.pdf).

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional<sup>3</sup>, é o marco para pensarmos a questão. Sob égide de um campo modernista, identificou-se os bens de relevante valor histórico para o país e assim, fornecia matéria para a construção de uma narrativa nacionalista através da “conservação” de monumentos e edificações, tendo como forma legítima de preservação o “tombamento”<sup>4</sup>. À época, privilegiou-se a arquitetura barroca como pedra angular da nossa história, sendo testemunhas da herança européia: as igrejas, os casarões, os fortes e outros conjuntos arquitetônicos de “*Pedra e Cal*” que testificam o empreendimento colonizador no país. A canonização da arquitetura monumental como testemunha da identidade nacional chega aos anos 1980 em pleno vigor, negando, com isso, a existência de outras dimensões do patrimônio, “assim como a herança autoritária e excludente das práticas de eleição patrimonial, concentrada nos técnicos e na aparente neutralidade de suas escolhas, derivadas, sobretudo, da descrição formalista e estilística dos monumentos artísticos” (MARINS, 2016, p. 11).

Como forma de adequação ao novo tempo, as instituições que tratam do patrimônio passam, gradativamente, e nem sempre de forma exitosa, a conceder espaço para que a população possa, ela mesma designar seus bens culturais, como no caso do IPHAN que criou uma ferramenta metodológica intitulada “Educação Patrimonial: Inventários Participativos - Manual de Aplicação”<sup>5</sup>.

Minha colaboração no Inventário Participativo dos Bens Culturais de Camaragibe tem sido espaço profícuo para compreender as dinâmicas da feitura comunitária sobre o patrimônio, uma vez que os munícipes, em especial, os moradores da Vila da Fábrica, através do protagonismo de suas próprias vivências comunitárias, passaram identificar e registrar bens culturais da cidade. Neste contexto, caminho para os desdobramentos dessa atividade que propõe a autonomia na produção de conhecimento e sensibilização da comunidade, provocada a se envolver e entrar em contato com a pesquisa de campo, levantamento de dados, sistematização, interpretação e difusão de informações sobre suas próprias experiências vividas. “Fazer-saber”, que suas casas são espaços de valor cultural, que os moradores são portadores da memória local e que seus acervos pessoais são parte da memória social da cidade, reforça a memória da comunidade em gerir sua própria produção cultural. Ainda, cooperar para a implantação de políticas públicas que priorizem a

---

<sup>3</sup> Atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

<sup>4</sup> Miceli aponta que a ideia de conservação do IPHAN definia a rotina da prática do tombamento a partir da aplicação do ideário modernista, cristalizado e congelado em uma espécie de “refrigério” que objetivava reacender os traços estilísticos dos bens, o que tornava seu uso indisponível.

<sup>5</sup> Esta publicação apresenta orientações básicas sobre seu uso, esclarecendo que o seu objetivo principal é a mobilização e sensibilização das comunidades em relação à preservação do patrimônio, sendo, antes de tudo, atividade formativa em educação patrimonial, que envolve produção de conhecimento e participação. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio>

organização e manutenção de espaços de memórias (museu/acervos comunitários). É importante, também, que reforcem a necessidade do tombamento do edifício da Fábrica de Tecidos de Camaragibe que teve recentemente seu terreno adquirido por uma incorporadora que pretende construir um espaço multiuso com vinte e duas torres residenciais, onde já funciona o centro comercial, "Reserva Camará", que afetará diretamente o seu entorno, um problema que realça os impactos do inchaço populacional sobre a especulação imobiliária, verticalização e desapropriação em toda a Região metropolitana do Recife.

Assim proponho debater sobre a criação de uma coleção comunitária compartilhada, através dos arquivos pessoais das/os moradoras/es da Vila da Fábrica, onde suas casas são entendidas como acervos biográficos de potencial valor sociocultural para a cidade, em que essas memórias são geridas pelas/os próprias/os detentoras através de suas próprias práticas. Atento para o caráter metodológico que possa vir a ser adotado na constituição deste acervo que após passar pelo processo de identificação, será disponibilizado ao público numa exposição colaborativa e retornará aos seus respectivos acervos/casas de origem, criando a circulação do material compartilhado e reforçando o caráter identitário do bairro que poderá reunir outras vezes sua própria coleção, exigindo a mobilização social das/os próprias/os detentoras/es.

Com este modelo de intervenção, será possível o debate sobre propriedade cultural e elucidar os impactos na comunidade com a circulação dos objetos biográficos no caminho: 1. acervo pessoal/privado – 2. objeto museal/público – 3. acervo museal/privado. Ainda, busca-se atentar para o agenciamento e micropolíticas acionadas na comunidade nos processos de negociação que envolvem a seleção de objetos e a montagem da exposição. Este trabalho se dá através de diálogos já realizados com as/os moradoras/es através de visitas em suas residências, encontros de rua, bares e restaurantes, já que morei no Município por 20 anos e permaneço frequentando a cidade de Camaragibe, quando pude colher imagens e relatos etnográficos de valor sociocultural para a cidade. No entanto, devido aos efeitos da pandemia provocada pela do Covid-19, farei o debate teórico sobre as práticas aqui elencadas, ao considerar os dados já inferidos junto ao bairro e suas/seus moradoras/es.

## 2. O INRC E SUAS (IN)ADEQUAÇÕES

Novos debates se instalam num contexto discursivo no qual a Antropologia é tributária com novos conceitos e dinâmicas sociais acerca do patrimônio, entendido como algo externo à materialidade, representacional e simbólico, sob forte influência da ideia de Cultura. Em 1999, uma equipe coordenada pelo antropólogo Antonio Augusto Arantes, deu início à elaboração de um instrumento de pesquisa e gestão que visava subsidiar informações para a promoção de políticas públicas (Arantes et al, 2015). Com Decreto nº 3551 de 04 de agosto de 2000, as políticas do patrimônio passam a reconhecer as manifestações de “natureza imaterial” – como as formas de expressão, saberes, celebrações e lugares. Cria-se o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial - PNPI que institui o “Registro” como forma legal de reconhecimento das manifestações culturais representativas para os diversos grupos sociais, como a população indígena, negra, imigrante e as camadas populares em geral. Diferente do “Tombamento”, o “Registro” do patrimônio imaterial tem como propósito inventariar e registrar as características dos bens imateriais através de uma metodologia própria, o Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC, “diferenciando-se deste por considerar manifestações puramente simbólicas, assim, não se presta a imobilizar ou impedir modificações nessa forma de patrimônio.” (IPHAN, 2018).

Embora a metodologia do INRC represente um ganho significativo para a participação popular e a perspectiva antropológica que o constitui tenha contribuído para uma imagem menos idealizada da cultura popular, revelando as dimensões de subalternidade, contradições e conflitos nos grupos estudados; a realidade vivida pelos “detentores” permanece sendo balizada e traduzida por pesquisadores designados no escrutínio das comunidades, retirando delas o tanto de informação possível para que possam, deste modo, legitimar suas práticas e saberes. Não obstante, este campo conflituoso (estado-pesquisador-pesquisado) revela um profundo incômodo nos praticantes que disputam pela autonomia sobre suas próprias narrativas. Como nos diz Viveiros de Castro (2002), existe uma presunção por parte do antropólogo (sic) de pensar que, diferente dele, o nativo (sic) detém em sua relação primeira com a cultura, uma intrínseca espontaneidade, não reflexividade ou mesmo inconsciência sobre a realidade vivida. Assim, faço o exercício de pensar a/o outra/o em seu lugar de protagonismo, sendo menos um exercício de tradução que de mobilização social através de ferramentas técnicas da antropologia voltadas a garantia da autonomia das pessoas que são agentes ativos nos processos de ação, reflexão e transformação de suas próprias realidades.

Como nos mostra Cavignac *et al* (2010) na experiência de mapear as referências culturais do Seridó (RN), revelaram-se incompreensões existentes entre os diversos setores encarregados do estudo em diferentes níveis, onde “Em grande parte, essas dificuldades são ligadas a

incompreensões entre os agentes locais da cultura e uma lógica interna ao órgão do Ministério da Cultura” (CAVIGNAC, 2010). Embora haja inovação nos critérios de elegibilidade dos bens culturais ao se instituir a “Sociedade” e “Associações Civis” como parte legítima na instauração do processo de registro, permanece sobre a tutela do Estado, através de seu corpo técnico-científico, o exercício de investigar a veracidade da realidade vivida pelas/os detentoras/es para, assim, conceder-lhes a chancela de patrimônio me fazendo questionar qual o sentido de burocratização do registro e sua vagarosa engrenagem. Contudo, o INRC, instrumento pelo qual se tornou possível identificar, registrar e preservar bens materiais e imateriais, apreendendo os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural imaterial, mostra-se precário quanto da participação social e permanece “[...] tratando-os como **intérpretes** legítimos da cultura local e como **parceiros** preferenciais de sua preservação.” (IPHAN, 2000, **grifo meu**).

Em Pernambuco, para falarmos da representação da sociedade civil nas políticas públicas voltadas ao patrimônio, temos o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural/CEPPC, do qual estou como representante da cadeira de Antropologia, Sociologia e Turismo. Trata-se de um Conselho Paritário, constituído por cadeiras da Sociedade Civil e do Governo, além dos “Notórios Saber” que são escolhidos pelo Governador do Estado de PE. Embora essa seja uma ferramenta democrática que delibera e fiscaliza as ações da Secretaria de Cultura de Pernambuco/SECULT-PE e da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco/FUNDARPE, poucas pessoas e profissionais sabem da existência deste colegiado. Nos últimos meses temos dedicado nosso empenho, mesmo em meio a pandemia, em divulgar nossas ações, bem como, estimular a criação de Conselhos de Preservação e Políticas Culturais nos municípios de Pernambuco, através do debate atual sobre a aplicação da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, chamada de Lei Aldir Blanc, onde se destina recursos diretamente aos municípios e estados, resultando numa injeção na área da cultura jamais feita. Seu intuito é extenuar os efeitos da precarização, reforçada pela pandemia de COVID-19, da cadeia produtiva dos entes federados. Neste sentido, devemos considerar que

“[...] a participação da sociedade civil das quais se destaca a participação da sociedade civil na esfera pública - via conselhos e outras formas institucionalizadas - não é para substituir o Estado, mas para lutar para que este cumpra seu dever: propiciar educação, saúde e demais serviços sociais com QUALIDADE, e para todos. Essa participação deve ser ativa e considerar a experiência de cada cidadão que nela se insere e não tratá-los como corpos amorfos a serem enquadrados em estruturas prévias, num modelo pragmatista. (GOHN, 2004)

As limitações metodológicas empregadas ao patrimônio e os limites das categorias analíticas utilizadas pelos estudiosos na feitura dos inventários, têm provocado a reivindicação dos praticantes

que, tensionadas/os pela ideia de “patrimônio”, buscam autonomia sobre suas próprias narrativas e apontam para a debilidade das políticas públicas no reconhecimento e valorização de seus bens culturais. Embora as/os praticantes recebam, por vezes, a chancela de patrimônio, encontram dificuldade na manutenção de suas atividades, pois não se executam planos de salvaguarda, nem programas de fomento consistentes que garanta o repasse de subsídios pelo Estado. Os planos de salvaguarda são modelos de ação pensados pelas equipes dos inventários, pouco incentivados pelos órgãos do Estado quanto a sua execução, pois se perfazem em demandas para o fomento do patrimônio que em maior ou menor grau necessitam de subsídio público e criam um plano de salvaguarda dos bens. O seu período de execução é de 10 (dez) anos após o registro, exatamente o tempo no qual IPHAN fará a reavaliação dos bens culturais registrados para decidir sobre a revalidação do título de “Patrimônio Cultural do Brasil” segundo o Art. 7º, Decreto 3.551/00<sup>6</sup> (IPHAN, 2017).

O caso do Frevo, reconhecido patrimônio da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura - UNESCO, representa um dos casos de maior sucesso da política patrimonial no Brasil, tornando-se emblemático para pensar: a manifestação possui um “templo” chamado Paço do Frevo, museu localizado no Bairro do Recife Antigo (Recife - PE), fruto da parceria entre a Prefeitura do Recife e a Fundação Roberto Marinho, tido como um lugar onde a **“sociedade civil poderá pesquisar, aprender, se informar e vivenciar** o frevo através de atividades que serão **oferecidas à população”** (SARMENTO, 2010, **grifo meu**). Embora tenha se estabelecido o Comitê Gestor de Salvaguarda e, mesmo, se intencionado a criação da Associação Amigos do Frevo, a s / os praticantes permanecem com dificuldades gritantes na manutenção de suas atividades, sendo público e notório a precariedade em que se encontra a cadeia produtiva, em que Clubes de Frevo e Troças Carnavalescas têm de recorrer a “agiotas”<sup>8</sup> para manutenção de suas atividades.

Embora exista vasta bibliografia sobre políticas culturais, patrimônio material e imaterial - inclusive em museus (GOMES, 2014; GONÇALVES, 2007; MENESES, 1993) – como pude perceber ao longo da especialização em Museus, Identidades e Comunidades da Fundação Joaquim Nabuco, noto que pouco se tem debatido sobre as apropriações do termo “patrimônio” pelos praticantes, seus usos e impactos no campo da cultura. Assim, tornam-se espaço profícuo as iniciativas participativas, por onde se almeja o protagonismo das pessoas no registro de seus próprios

---

<sup>6</sup> disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/11521.ht](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/11521.ht), acessado em 02 de julho de 2020.

<sup>8</sup> Usura, ação prevista na legislação vigente que discorre contra crimes a economia popular - Lei nº 1521/51,

bens.

O debate sobre inventários participativos ainda é escasso, dada a contemporaneidade deste fenômeno que surge na urgência de participação e autonomia dos praticantes nos processos de reconhecimento, registro e difusão de seus próprios bens culturais. Agora, não mais como “inventariadas/os”, mas como “inventariantes”, onde algumas experiências ganham destaque, para a problematização deste trabalho, como é o caso do Inventário Participativo de Pessoas e Memórias do Museu de Arqueologia de Itaipu (PRIMO; ARAÚJO, 2018), o Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão (NITO; SCIFONI, 2017) e as experiências no estado do Ceará, com a criação de museus indígenas (GOMES, 2012; GOMES; VIEIRA, 2014).

### **3. INVENTÁRIO CAMARAGIBE E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

O Inventário Participativo dos Bens Culturais de Camaragibe/IPBC é fruto do esforço coletivo realizado pela sociedade civil, sociedade civil organizada e Fundação de Cultura de Camaragibe em registrar aspectos únicos que compõe a história social do município. O inventário participativo permite, nos limites de sua feitura, que os sujeitos produzam conhecimento através de vivências investigativas expressas nos critérios da educação patrimonial do IPHAN como modelo adotado de referência. Esta ferramenta permite que os agentes culturais envolvidos possam partilhar ativamente da reconstrução narrativa de suas realidades, criando conexões múltiplas que visam fortalecer o pertencimento cultural com a sua localidade. A 1ª fase do Inventário Camaragibe é resultado da produção de conhecimento e sensibilização da comunidade, provocada a se envolver e entrar em contato com a pesquisa de campo, levantamento de dados, sistematização, interpretação e difusão de informações sobre as referências culturais que formam o patrimônio cultural da cidade.

Enquanto participante, antropólogo e pesquisador no Inventário Camaragibe, venho investigando os limites da categoria “patrimônio” e o sentido prático que as pessoas envolvidas dão aos seus bens culturais, à medida que utilizam a ferramenta metodológica de educação patrimonial do IPHAN. A problemática incide sobre a aplicação da ferramenta instituída pelo Estado que, invariavelmente, toma outras formas na feitura do campo, sem com isso garantir legitimidade oficial aos bens culturais. Assim, embora as pessoas façam o mapeamento de suas referências culturais, ainda são os profissionais do patrimônio designados para testificar a realidade vivida pelos praticantes que, através de métodos e técnicas específicas alimentam a “maquinaria patrimonial” (JEUDY, 2005). Este trabalho que desenvolvo, desde agosto de 2017, junto aos moradores da cidade no Inventário



Camaragibe<sup>9</sup>, busca realizar atividades de reconhecimento dos aspectos culturais e patrimoniais do município. Ao ser chamado para compor a equipe, através de um dos integrantes e, à época, articulador político da Fundação de Cultura, imaginei ser aquele um espaço profícuo para contribuir com a população, na inferência da produção cultural da cidade através do protagonismo de nossas próprias vivências comunitárias. Neste contexto, venho atentando para a efetiva autonomia na produção de conhecimento e sensibilidade da comunidade, provocada a se envolver e entrar em contato com a pesquisa de campo, levantamento de dados, sistematização, interpretação e difusão de informações sobre suas próprias experiências vividas, através da metodologia de educação patrimonial proposta pelo IPHAN. Ainda, venho percebendo os modos de organização, subjetivação e as relações tecidas entre políticas públicas e participação social, à medida que problematizo o lugar do pesquisador na feitura deste campo de pesquisa.

Essa experiência, partilhada no âmbito do Inventário, mostrou potencialmente criativa para pensar o patrimônio menos como um bem cultural em si, mas como um processo de produção, reconhecimento e legitimação que emerge da experiência de se “patrimonializar”, ganhando corpo em suas próprias dinâmicas, possibilitando uma ampliação do debate sobre o lugar das/os praticantes em processos de patrimonialização. Com isso, essas pessoas ocupam menos a condição subordinada de “pesquisadas/os”, orientada/o a consentir, que uma condição de agente, planejando e gerindo o seu patrimônio através de suas próprias narrativas. Caminho então para pensar que o patrimônio não existe em si, nem, apenas enquanto chancela do Estado, mas coexiste nos processos de experiencição que envolvem sua feitura. Cabe então, neste sentido, entender através de uma perspectiva colaborativa e decolonial, de que modo é possível criar um espaço para relações mais autônomas e sustentáveis das/os praticantes, tendo reflexo nas políticas públicas e na produção acadêmica, esferas ainda permeadas por práticas coloniais que se entremeiam a “maquinaria do patrimônio” e revelam esquemas classificatórios e hierarquizantes de poder.

Assim, para entendermos a educação patrimonial parto do princípio que vivemos sob a égide de uma estrutura colonialista que formaliza e e cria métodos de aprendizados universais que não levam em consideração a produção subjetiva individual e/ou coletiva, reforçando a hierarquização entre conhecimento e poder. Quanto aos museus, se nos atentarmos para o conceito de educação proposta pela Mesa-redonda de Santiago do Chile<sup>10</sup>, veremos o estímulo para que os museus possuam um serviço educativo, “a fim de que eles possam cumprir sua

---

<sup>9</sup> O IPBC deu início às suas atividades quando o IPHAN/PE e a FUNDARPE ofereceram “capacitação” para sua construção, a pedido da Fundação de Cultura de Camaragibe. Em sua feitura foram identificados 134 bens de potencial valor para a cidade, sendo 16 destes já inventariados e apresentados numa publicação coletiva em julho de 2018. Disponível em: [https://issuu.com/larissaf26/docs/ipbcc\\_-\\_invent\\_rio\\_participativo\\_do](https://issuu.com/larissaf26/docs/ipbcc_-_invent_rio_participativo_do)

<sup>10</sup>Apresentação no 1º Simpósio Internacional de Pesquisa em Museologia.

**função de ensino;** cada um desses serviços será dotado de instalações adequadas e de meios que lhe permitam agir dentro e fora do museu” (ICOM, 1972, **grifo meu**), portanto,

“[...] essa Mesa-redonda congregou as primeiras iniciativas voltadas para transformar os museus em espaços interdisciplinares e dedicados às comunidades de âmbitos locais. No Chile, em âmbito internacional, o foco nas coleções e objetos foi transferido para a atenção ao “entorno humano”, possibilitando o desenvolvimento de museus comunitários, ecomuseus e museus integrais.” (BRULON, CARVALHO E CRUZ, 2014)

Pensar o museu, e assim o patrimônio, menos como um processo rigorosamente formal, podemos então qualificar o tipo de educação que estamos pensando, perseguindo os critérios que não sejam diciplinatórios e/ ou instrutivista, como herança de uma modernidade falha e contraditório, caminhar para outras possibilidades como assim disposto por Átila Tolentino (2014) onde a “educação patrimonial não é alfabetização cultural”, e, sendo assim, ela não deve acontecer por meio instrutivista ou capacitista, mas através de modelos colaborativos que provoquem o engajamento das pessoas, afinal, nosso papel é menos de conscientização e mais de mobilização social em favor da auto-gestão das memórias pela própria comunidade (TOLENTINO, 2014).

Portanto, é preciso operar de forma crítica, observando os limites de nossos métodos e atentar para o “conhecimento local” (GEERTZ, 1997), pois o nosso trabalho não escapa de reducionismos, generalizações, dicotomias, essencialidades e universalidades, portanto, “ela pode ao menos lutar conscientemente para evitar representar *outros* abstratos e a-históricos.” (CLIFFORD, 2002). Estes modelos de pensamento são propícios para manipulação do poder e à manutenção da herança elitista intelectual que amarga o tacho de açúcar no fundo de suas ruínas. Na ordem do pensamento e da materialidade, pode ser entendido como “capital simbólico” no campo do patrimônio:

“[...] os bens culturais enquanto bens simbólicos só podem ser apreendidos e possuídos como tais, por aqueles que detêm o código que permite decifrá-lo. Em outros termos, a apropriação destes bens supõe a posse prévia dos instrumentos de apropriação” (BOURDIEU, 2013)

Com isso, questiono a ideia de educação patrimonial e seus processos de dominação que capturam a linguagem do outro e impõem esquemas qualificados e codificados de unidade e de identidade da linguagem reservado aos sujeitos qualificados, impossibilitando a reprodução das diferenças (SANÍN- RESTREPO, 2016). Tal questão, entretanto, não me parece apenas cognitiva ou discursiva, mas também epistemológica e política, dizendo respeito à legitimidade e autenticidade atribuídas ao patrimônio cultural pelas esferas públicas de poder e à não legitimação oficial de bens arrolados através de inventários participativos e das ações de educação patrimonial comunitária. É preciso avançar para pensar formas de patrimonializar com o envolvimento direto das pessoas, por

onde elas mesmas possam protagonizar espaços decisórios de poder, criando uma linguagem própria sem a necessidade de “atravessadores” que traduzam e legitimem o “outro” por meio de suas próprias fórmulas acadêmicas. Assim, avança para pensar processos de legitimação local, centradas na auto-gestão de bens culturais, por onde a população tenha papel decisório nos processos de reconhecimento, registro e salvaguarda de seus bens culturais. Deste modo, é preciso superar as políticas de representação do poder social, como na cidade de Recife onde as experiências de participação social na área da cultura têm uma herança marcada pela representação dos movimentos populares por uma elite técnico-cultural de caráter progressista (LEAL, 2003).

Assim, faz-se importante atentar para a ideia de que a modernidade não é o desenrolar ontológico de uma história universal, mas sim a interpretação de certos eventos por pessoas e instituições específicas e que essa interpretação é local e regionalmente condicionada, ou seja é Européia e Ocidental. Ainda, é necessário atentar para o fato de que a modernidade perfaz a ideia geral de patrimônio, esconde os horrores que constituem, a colonialidade, e é essa a razão pela qual a modernidade precisa ser superada através do movimento epistêmico de “sulear”, de tomada de consciência dos abismos das desigualdades sociais que vivemos. Por último, deve-se registrar que essa retórica de salvação da humanidade e suas expressões mais recentes (desenvolvimento e globalização) articuladas por agentes e instituições que controlam a produção do conhecimento e traduzem os próprios privilégios, tem de fundo o interesse de manutenção do poder e de suas estruturas (PINTO & MIGNOLO, 2015).

Quanto aos esquemas de classificação empregados na reprodutibilidade do patrimônio através de interesses políticos específicos que alimentam a maquinaria patrimonial, faz-se necessário levantar um debate acerca de seus formalismos e limitações. Assim resgato a categoria de “reflexividade” de que trata Jeudy (2005) para pensar as relações que se criam em torno do patrimônio, assim atentando para os imperativos da legitimação e reprodução dos bens culturais de ordem material e colonial (BENJAMIN, 1985, 1996). A dificuldade de incluir os praticantes nos processos decisórios de elaboração dos inventários e a imposição de um sistema de classificação técnico-científico que fundamenta um sistema de relações de poder pode ser percebido através de Quijano (2014, 2005), Pinto & Mignolo (2015) como heranças do processo colonizador que se organiza num sistema ideológico, social, político e econômico, que não desapareceram com a independência ou a descolonização, resultando em marcas de hierarquia e poder. As críticas pós-coloniais revelam questões importantes sobre conhecimento/poder, especialmente a persistência da dominação epistêmica de matriz colonial para além do processo das independências políticas. Neste sentido, o pós-colonial deve ser visto como o encontro de várias perspectivas e concepções sobre o conhecimento e o poder que procura refletir sobre os processos da

“descolonização” (SANTOS E MENESES, 2010).

É preciso atentar para o sentido formal das palavras, a estrutura de comunicação, o acesso à interpretação e, de forma fundante, a realidade a que se referem os registros formais do empregadas nos museus e em práticas patrimoniais formais. Assim, através de Sanín-Restrepo (2016) passo a pensar sobre o “jogo de linguagem”, em que o significado das coisas faz sentido aos especialistas, “nós”, impondo-se de forma silenciosa e violenta aos não especialistas “os outros”. Assim, pensar o patrimônio como um campo discursivo, caminho por uma perspectiva foucaultiana (1999, 2008) e bakhtiniana (2003) para pensar as instâncias discursivas que se estruturam nas relações encarnadas em instituições e regulamentações oficiais que definem o saber como um conjunto de elementos formadores e regulares de impacto na realidade social imediata dos praticantes.

Sobre os impactos da antropologia nos processos de reconhecimento do patrimônio e a imposição de uma lógica representacional que qualifica os especialistas na interpretação da realidade vivida pelas pessoas, caminho para os debates da “virada ontológica”, por onde já se foram evidenciadas as relações de poder impostas pelo pensamento ocidental (GOLDMAN, 2011; VIVEIROS DE CASTRO, 2015). Assim, questiono a autonomia das pessoas em construir suas próprias narrativas em atividades participativas de se (si) inventariar, frente aos processos de subordinação criadas pelas esferas de poder. Cabe, aqui, a crítica de Spivak (2010) ao campo epistemológico ocidental que projeta seu próprio etnocentrismo na noção de alteridade, reduzindo a capacidade de ação e fala da pessoa subalternizada.

Cabe assim, através de uma abordagem antropológica, atentar para os impactos da perspectiva etnográfica em seus limites de feitura (CLIFFORD, 2002; CARDOSO DE OLIVEIRA, 1995). Conforme mostram Kopenawa e Albert (2015), a confecção etnográfica não pode existir uma tradução direta de um relato centrado apenas na análise discursiva, mas de forma crítica romper com os paradigmas de subalternização e hierarquização do outro. Aqui, avanço na proposição de uma perspectiva epistêmica realizada pelo lado subalternizado para constituição de uma teoria crítica decolonial “capaz de transcender a forma como os paradigmas da economia política tradicional conceptualizam o capitalismo enquanto sistema global ou sistema-mundo” (GROSFOGUEL, 2008). Entretanto, a lógica do “sistema- mundo”, segundo o autor, não encontrou uma forma de inserir os saberes subalternos nos processos de produção de conhecimento. Sem essa inserção, não pode ocorrer uma descolonização do conhecimento, muito menos a criação de uma utopia para superar o eurocentrismo. Uma solução plausível seria usar o “pensamento crítico de fronteira”, que é uma resposta epistêmica do subalterno ao projeto eurocêntrico da modernidade. Aquilo que o pensamento de fronteira produz é uma redefinição/subsunção da cidadania e da democracia, dos direitos humanos, da humanidade e das relações econômicas para além das definições impostas pela

modernidade europeia. Ou seja, devemos aprofundar a necessidade de abandonar projetos epistemológicos ligados ao modernismo e aos pós-modernismos, “aprisionados no interior do cânone ocidental, reproduzindo, dentro dos seus domínios de pensamento e prática, uma determinada forma de colonialidade do poder/conhecimento” (GROSFOGUEL, 2008).

#### **4. O ENGENHO, A FÁBRICA DE TECIDOS E A VILA DA FÁBRICA**

Camaragibe foi invadida pelos colonizadores europeus a partir da doação do donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho de Albuquerque, no ano de 1542, aos cristãos novos Pedro Álvares Madeira e ao casal Diogo Fernandes e Branca Dias. Vinda à colônia após seu marido, Branca Dias é vista como uma personagem singular por ser a primeira mulher a fundar uma escola para mulheres e também, após a morte de seu companheiro, prosseguir na administração do engenho. A Companhia Industrial Pernambucana (CIP) foi fundada 23 de janeiro de 1891, se estabeleceu em Camaragibe após a aquisição da Usina Goyana, por meio da posse de terras do Engenho Camaragibe, área à época pertencente ao município de São Lourenço da Mata. A primeira construção foi a fábrica de tijolos, chamada de Olaria, que fornecia tijolos e telhas para a construção da Fábrica de Tecidos e para as habitações que serão elevadas no bairro da Vila da Fábrica (PERNAMBUCANA, 1908). O abastecimento de água era feito pelo rio Camaragibe que era represado e formava o açude São João e São Bento, este último, com uma ponte identificada pelos inventariantes como “Ponte do Balde”, devido a uma passarela de ferro construída ao lado, como uma paredão para se evitar acidentes. Também era o açude que abastecia a Vila da Fábrica no início do século XX. Até a encanação de água se expandir na cidade, as casas eram abastecidas por meio de chafarizes, que foram colocados em pontos estratégicos da Vila, conforme Marta Guerra (2007).

Camaragibe, como vários outros municípios de Pernambuco, foi historicizada através da vida dos das Famílias do Engenho, dos donos dos meios de produção, como no caso da Fábrica de Tecidos. Podemos encontrar através de livros e registros, muitas vezes documentos oficiais e políticos que guardam a memória das pessoas que viviam/vivem no reduto com recorte saudosista dos “homens e donos das terras” com claro recorte de cor, de classe e gênero. Assim, a feitorado inventário foi produzir a memória através do modo como as pessoas identificavam sua trajetória no tempo-espaço de vivência na antiga vila operária, sendo um passo importante para emancipação de suas trajetórias.

Assim, busquei provocar junto as/os integrantes do Inventário Camaragibe, uma revisão crítica da memória, trazendo elementos críticos para o debate que resultaram numa narrativa que antecede as ocupações da terra pela elite colonialista. Camaragibe aparece como topônimo para uma planta/for chamada “Cambará” que deu origem ao nome da comunidade indígena local, hoje

conhecida como a terra dos “Camarás”. Aqui trago trechos que falam deste passado revisitado pelas moradoras e moradores locais:

“A princípio território indígena, sabemos pouco sobre essas sociedades, por se tratarem de povos da tradição oral e que perpetuavam sua linguagem, conhecimento e visão de mundo através de práticas próprias que não se enquadravam na formalidade da escrita, vide os registros documentais que dispomos. Assim, dentro de uma prática exploratória e extrativista, as terras foram tomadas dos indígenas pelo primeiro donatário e doadas a ocupantes. A intenção era de desenvolver atividades produtivas nas terras, isso gerou incômodo dos indígenas que organizaram frentes de resistência aos desmandos do colonialismo, mas acabaram sucumbindo às forças de repressão dos ocupantes (INVENTÁRIO CAMARAGIBE,2018).

Os resultados dos textos produzidos, através da investigação comunitária, nem sempre aconteceu de forma consensual, e algumas disputas aconteciam quanto os dados produzidos. Assim, os integrantes foram divididos em grupos responsáveis pelas entrevistas, transcrições, pesquisa sócio-histórica, registros fotográficos e etnográficos, bem como por orientar medidas de proteção necessária aos bens patrimoniais, à título de recomendação, vejamos:

“Valorizar o potencial que o edifício da fábrica tem para tornar-se espaço museológico que se destine a abrigar o histórico da fábrica e da cidade, e outras atividades como fomentar debates sobre o patrimônio e a cultura material e imaterial do município, além de reflexões educativas diversas. [...] Executar, nos termos da lei, com vistas no resguardo da memória e gestão democrática da cidade, o tombamento pelo poder público que envolve a Prefeitura de Camaragibe, a FUNDARPE e o IPHAN; Manutenção dos esforços da sociedade civil através do Inventário Participativo dos Bens Culturais e do Conselho Municipal de Cultura de Camaragibe na perspectiva de cobrar do poder público suas ações, bem como representar os interesses do povo no processo de tombamento. (INVENTÁRIO CAMARAGIBE, 2018).

O bairro da Vila da Fábrica foi construído e desenvolvido para atender às necessidades cotidianas das famílias de trabalhadoras e trabalhadores. Havia o armazém da Cooperativa, também chamado de Barracão, que abastecia as necessidades alimentícias; a padaria, que destinava sua mercadoria na venda do Barracão; consultório médico; uma capela e para os filhos e as filhas, haviam duas escolas: a destinada aos meninos, a Escola dos Irmãos Maristas, outra para as meninas, chamada Escola das Irmãs. Ambas foram construídas nos primeiros anos de funcionamento da Fábrica. Nas duas escolas, os alunos e as alunas recebiam a farda da Fábrica, uma saia ou calça azul e uma blusa branca, além da merenda escolar. Ela seguia o programa escolar adotado pelo Estado. Helena e Zeza, duas irmãs entrevistadas, lembram do rigor exigido quanto ao fardamento,

“Eu estudava pela manhã, escola mesmo da fábrica mesmo, naquela época era muito mais rígida porque tinha a questão do fardamento, a gente tinha que ir bem arrumada [...] Era saia, saia pinçada, assim preguçadas. [...] É aquelas preguinhas, mas às vezes mamãe

ainda colocava um jornal em cima pra engomar, passar o ferro pra ela ficar bem arrumadinha, sapato e meia, e na blusa branca tinha um bolso que tinha o nome da escola” (Helena e Zeza, 2018)

Também, tinham o funcionamento durante os turnos diurnos e noturnos, sendo o noturno destinado aos operários com menos de 35 anos de idade, e às operárias solteiras e com idade menor que 20 anos. O critério de idade reduzido às mulheres (20 anos) remete a um aspecto da cultura conservadora misógina local, em que, predominantemente, as mulheres acima de 20 anos estariam casadas e, ao invés de estudar, deveriam limitar-se aos afazeres domésticos, como observamos em nota intrigante do relatório, “entregar-se livremente aos afazeres do lar” (PERNAMBUCANA, 1908). Além, também, de saírem meia hora antes das refeições principais, justificado pelo mesmo motivo.

A Escola dos Irmãos Maristas teve a direção dos padres franceses e holandeses, que também ministravam algumas de suas disciplinas, mas que agiam conforme as normas do diretor Carlos Alberto de Menezes, fator esse que impulsionou muitos conflitos entre os padres e o diretor. Sobre a estrutura dessa escola, nos informa o relatório:

Escola do sexo masculino. É um grande sobrado tendo na parte anterior do andar terreo duas vastas salas em angulo recto com diversas separações moveis. Ali funcionam as diferentes aulas do curso primario. O fim d’esta disposição é poder obter-se facilmente um local para as festas das mesmas escolas. A parte posterior do pavimento terreo e a parte superior do edificio formam a moradia dos professores. Em frente ao edificio existe um pateo de 650 metros quadrados, todo rodeado de grade e arborizado, onde reúnem-se os meninos nos intervallos das aulas. Ha mais 05 latrinas com caixas d’agua de descarga em automatica. (PERNAMBUCANA, 1908).

A Escola da Corporação Operária, era comumente chamada de Escola das Irmãs da Sagrada Família, atual Escola Municipal José Collier, onde funcionava a escola infantil, com crianças de 2 a 6 anos de idade, e a escola das meninas. Teve como primeira professora Dona Felipinha Rgueira, que logo foi substituída pelas irmãs. Em maio, chegaram em Camaragibe sete irmãs francesas da Congregação das Irmãs da Sagrada Família, à convite de Carlos Alberto de Menezes. As irmãs também atuaram tanto nos serviços de direção, como na docência em salas de aula. Nos informa o relatório sobre sua estrutura,

Escolas infantis e do sexo feminino. Occupam 3 predios construidos n’uma mesma linha, com intervallo de um a outro, e inteiramente cercados por um muro que forma 2 pateos internos. A parte central é occupada por um sobrado reservado a moradia das professoras. O predio a direita d’este é um salão de 128 mestros quadrados tendo ao meio uma divisão movel e aolado uma varanda. Independente do edificio estão 3 latrinas com descarga d’água automatica. Ahi funciona a escola infantil. O terceiro predio a esquerda é um salão identico ao descripto acima, dividido ao meio por uma parede de alvenaria. Tem tambem 3 latrinas em iaguaes condições. Ahi funcionam as escolas primarias (PERNAMBUCANA, 1908, p. 28).

Os trabalhadores e trabalhadoras da Fábrica tinham obrigação de manter seus filhos e filhas na escola. Tal imposição correspondia uma das medidas pensadas e impostas por Carlos Alberto de Menezes que, idealizou a construção da Vila da Fábrica pautados em fundamentos religiosos e sociais. Os filhos de operários que completasse a instrução primária de forma satisfatória tinha o direito de ingressar na Fábrica na condição de aprendiz. Após um tempo, o aprendiz realizava um exame e, caso passasse, assumiria o cargo de operário.

As ruas do bairro, arborizadas pelas castanholas e figos, eram espaços de convivência para os adultos e também, para as crianças, que passavam os horários opostos ao da escola brincando umas com as outras. As crianças meninas brincavam com as sementes dos figos, faziam colares para as bonecas já os meninos, pegavam as folhas e criavam uma espécie de apito, fazendo barulho pelas ruas da Vila para irritar os adultos. As meninas brincavam de passar anel, bonecas, cozinhados de faz de contas. Os meninos jogavam bola, com castanha de caju ou bolas de gude. Também, brincavam de cirandas de roda, nas quais tinham cantigas como Ciranda Cirandinha, Passarás Passarás, Dança da Carranquinha, O Cravo e a rosa, Capelinha de Melão, Eu sou rica rica rica, entre outras.

Seu Borba nos relata que, a partir de 1957, quando foi instalado a energia elétrica na cidade, as noites passaram a ser iluminadas pelos postes, as ruas passaram a ter vida noturna, com andanças e brincadeiras,

“A noite a gente brincava muito, a gente juntava os amigos da escola e vamos pular, brincar de barra bandeira, de esconde-esconde, de.. de.. tinha muitas brincadeiras interessantes. E as meninas sentavam tudo na frente das casas e era brincar de ciranda, cirandinha, era contar história, era passar anel, era brincadeiras bem Intel... interessantes e bem... sei lá, ligadas aquelas coisas da época. Quando não era isso daí, era pião, era já bem mais adiante o pessoal trabalhar com ferrinhos, com bolas de gude, quando não tinha bolas de gude, a gente fazia com castanha de caju, na época e era muito bom, era a vida pacata da época, não tinha confusão, não tinha assalto, não tinha nada.” (Seu Borba, 2018)

## **5. MUSEUS COMUNITÁRIOS, COLEÇÃO COMPARTILHADA E EXPOSIÇÃO COLABORATIVA**

Para Desvallées e Mairesse (2013) podemos entender a coleção por um conjunto de objetos materiais ou imateriais que uma pessoa ou instituição tenha reunido, classificado, selecionado e estabelecido modelos de conservação com o interesse em comunica-la para determinado público. Embora a tentativa seja de universalizar a categoria “coleção”, ela aparece descrita para o museu,



como que indissociável, mesmo abrindo espaço para pensar “testemunhos da história oral” e de “memória”, seu valor está marcadamente relacionado ao profissional qualificado para sua organização, manuseio e manutenção, vejamos:

A coleção do museu sempre teve de ser definida em relação à documentação que a acompanha e pelo trabalho que resultou dela, para ter a sua relevância reconhecida. Esta evolução levou a uma aceção mais ampla da coleção, como uma reunião de objetos que conservam sua individualidade e reunidos de maneira intencional, segundo uma lógica específica. (DESVALLÉES E MAIRESSE, 2013)

Neste sentido, temos um debate mais técnico que dialoga com o próprio processo de fazer ciência, onde pessoas estudam exaustivamente técnicas e métodos para lidar com situações típicas dos museus. Este conceito, nos coloca num debate sobre a própria ideia de museu e sua constituição. Estes espaços, que permanecem entronados pela opulência e poder, são questionados sobre o peso do colonialismo e não confrontado por práticas comunitárias que utilizam seus próprios modelos organização social e de existência, questionando a própria função social do museu. Isso rebate não só na ideia de museu, mas em seu campo científico e profissional. A tendência de formar museólogos para museus e não para a vida tem sido responsável pela formação de muitos "messias", prontos para "salvar" os objetos, crenes de que suas ações estão esterilizadas do ponto de vista político e científico” (CHAGAS, 1994).

Evidente que a museologia passou por transformações ao longo do tempo, se adequando aos novos tempos, mas sobretudo, motivada pela autonomia científica que em muito se aproximou de uma sociologia ainda clássica. O próprio movimento da Nova Museologia voltou-se ao trabalho social e embora não possamos homogeneizar o movimento, podemos ao menos saber que a tônica central estava na função social dos museus. “defensores de uma museologia demasiadamente aproximada da sociologia: estes jamais teriam admitido que os ecomuseus foram pensados e implantados sobretudo por museólogos de formação tradicional.” (SCHEINER e BRULON, 2008)

Assim, ganha fôlego a ideia de museus comunitários, por onde as pessoas podem, elas mesmas, com ou sem apoio do especialista, montar seus espaços de memória, reforçando o pertencimento identitário local e territorial. Assim faz-se necessário,

“uma análise dos mais variados tipos de museus comunitários permite que observemos que eles se constituem num movimento quase ‘tribal’ (sic), em que as lideranças locais delimitam e narram a identidade de todo o grupo. (SCHEINER e BRULON, 2008).

Algumas iniciativas são bastante promissoras para pensarmos os museus/acervos comunitários, como o Museu da Maré e o Acervo da Laje. Esse primeiro, inaugurado como Ponto

de Cultura, 2006, com o apoio do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura, por onde sua criação deriva do Centro de Estudo e Ações Solidárias da Maré/ CEASM. Assim se constitui como um espaço de memória que

“[...] gera visões ‘de nós e dos outros’, estabelecendo um jogo sutil e constante entre identidades e alteridades em suas memórias construídas e em histórias narradas em um museu contra-hegemônico, segundo conceito de Boaventura de Souza Santos.” (ARAÚJO, 2017)

Já o Acervo da Laje, em Salvador/Bahia, é um espaço composto por referências bibliográficas, hemeroteca, coleções de CDs, discos, manuscritos, croquis, conchas, tijolos, azulejos e porcelanas antigas, artefatos históricos, quadros, esculturas em madeira e alumínio, fotografias e objetos que “contam a história do subúrbio ferroviário de Salvador, dialogando com toda a cidade, mostrando que também que há beleza e elaborações estéticas neste território” (Site Acervo da Laje, 2020<sup>11</sup>). Essas duas iniciativas citadas, são potenciais processos de mobilização social na periferia das cidades e reuni acervos que retratam a memória do território local.

Podemos relacionar a ideia de museu comunitário com a ideia de ecomuseu, inicialmente concebido para registrar a presença de sociedades rurais mediante o processo celerado de urbanização, mudanças tecnológicas e o risco que representavam à ideia de patrimônio cultural. Assim, este fenômeno introduz um espaço de maior participação da comunidade e seu envolvimento como parte integrante do processo através da perspectiva da conservação da memória e de bens materiais. Para De Varine (2010), a coleção-edifício-público está para os Museus, como o patrimônio-território-população está para os ecomuseus. A “gestão compartilhada”, ou seja, com a participação ativa das pessoas, pode de ser entendida como,

[...] Espelho no qual a população se contempla para se reconhecer, onde busca a explicação do território em que está enraizada de onde deriva que dos povos às precederam, na continuidade ou descontinuidade de gerações. Um espelho que a população oferece aos seus hóspedes para se fazerem melhor compreendidos, no que diz respeito às suas formas de comportamento e identidade (RIVIÈRE, 1989/1992, **tradução minha**).

Em grande medida, devemos atentar para o lugar da/do pesquisadora/or que subscreve a realidade da/o “outra/o” buscando compreender a realidade através de seus instrumentos teórico-metodológicos. Assim, vale destacar a crítica aos processos de institucionalização dos museus como espaços de disputa e agenciamento de possíveis micropolíticas de cada comunidade e seus agenciamentos. Sobre o olhar da institucionalização destes espaços, vale destacar que os museus comunitários “se institucionalizam, assemelhando-se cada vez mais aos museus tradicionais”,

<sup>11</sup> Disponível em <https://acervodalaje.com.br/>

privilegiando a decisão apenas de algumas/alguns uma vez que “se compartimentam, fazendo um discurso destoante da ação”, quando democratizam a participação, acabam “esgotando suas propostas num incessante fluxo de debates, votações e assembleias, que paralisam no todo ou em parte a ação” e, por fim, “se extinguem, seja por dissolução, quando optam por finalizar a experiência, por ‘desmusealizar-se’, ou seja, por transformação, quando se tornam definitivamente museus tradicionais a céu aberto” (SCHEINER e BRULON, 2008).

Nereu Pereira e Cristina Nora (2014) estão de acordo com Maria Célia Teixeira Moura Santos (2001), quando diz que “a nova museologia tem um caráter transformador, contestador e criativo buscando ajustar as práticas museais às reais necessidades dos cidadãos, por meio da participação e visando o desenvolvimento social” (PEREIRA E NORA, 2014). Contudo não podemos nos contentar apenas com uma participação, é preciso problematizar o protagonismo da população, no sentido de provocar o movimento na comunidade em torno de suas memórias, de modo que possamos avançar para auto-gestão dos bens patrimoniais. Assim, diferente de algumas iniciativas de museus, ecomuseus, museus comunitários e outros, onde as pessoas constroem um espaço para guardar e comunicar sobre suas próprias identidades culturais, considero as casas da Vila da Fábrica, àquelas derivadas ainda da Vila Operária, como espaços de memória do processo de urbanização da cidade de Camaragibe. Com isso, tanto as edificações quanto os objetos, registros e memórias de cada moradora/or pode compor uma rede que busca conectar as pessoas através da memória coletiva, entendendo que

“não pode haver identidade sem memória (assim como lembrança e esquecimento) porque somente esta permite a auto-consciência da duração. [...] Por outro lado, não pode haver memória sem identidade, pois o estabelecimento de relações entre estados sucessivos do sujeito é impossível se este não tem a priori um conhecimento de que esta cadeia de seqüências temporais pode ter significado para ele.” (CANDAUI, 2002)

A antropologia é tributária dos debates sobre memória, próprio às ciências sociais e às demais disciplinas das humanidades, por isso, não existe consenso sobre o que venha a ser a “memória”, como ela opera e quais são seus limites na produção da existência humana. Na antropologia este debate ganha corpo na ideia de alteridade, por onde as comunidades constituem suas ideias de “tempo” e de “memória” subjacentes a suas próprias experiências de vida e, assim, estão impregnadas pelos hábitos, costumes, modos de saber e fazer particulares a cada uma delas. Afinal, identidades são pensadas em termos situacionais, relacionais e contrastivos; são afirmações de resposta política a determinadas conjunturas, articuladas a outras identidades em jogo, compondo uma “estratégia” de diferenças (CARNEIRO DA CUNHA, 2012).

Com isso, a criação de um acervo compartilhado entre os moradores da Vila da Fábrica se perfaz como estratégia de organizar e conectar as pessoas, através de seus acervos particulares que

passam a compor uma mesma coleção. O fio condutor para seleção será o valor afetivo para memória do bairro que está profundamente marcada pelo trabalho na Fábrica de Tecidos. Esta, deve ser reunida numa exposição colaborativa por onde as pessoas escolham o lugar e a forma na qual seus objetos pessoais irão compor a expografia, ou seja, o modo como se tornarão objetos museais e públicos (VER APÊNDICE). É imprescindível que a exposição contenha relatos etnográficos dessas mesmas pessoas e que os objetos retornem ao seu acervo original, suas casas, por onde uma nova exposição só será possível com a intenção e movimentação comunitária, no qual me coloco à disposição enquanto interlocutor, revirando a ordem de hierarquização e de privilégio do antropólogo em campo. Com isso, possibilitamos a circulação da coleção, mas sem deixar de pertencer à quem, por direito, tem a posse, evitando que os objetos se apartem de seus detentores. O conhecimento museológico deixa de estar centrado nos objetos dos museus para se centrar na produção de relação entre pessoas através de seus objetos na comunidade e em seu território, como processos de conhecimento (PEREIRA, 2012). Assim o trabalho da/o antropóloga/o é transitório, onde o conhecimento acadêmico se assume como processo de conhecimento e como técnica de análise da probabilidade e da imprevisibilidade (Idem, 2012).

A prática etnográfica tem, em certo modo, a capacidade de abstrair essas experiências vividas através do encontro entre pesquisador e pesquisado que se dá, conforme nos lembra Clifford Geertz (2013; 1997), pois, não estudamos os outros de longe, nem estudamos “a” aldeia, é preciso conviver e estar junto para sentir como os nativos viviam “na” aldeia, e assim, deixar ser afetado pelo campo como preconiza Fravet-Saada (2005). É preciso caminhar para emancipação social das pessoas, independente de políticas públicas ou iniciativas acadêmicas, de modo, que elas tenham autonomia no processo de “feitura patrimonial”. Ao problematizar desta forma a gestão e a produção de objetos pessoais para o público, proponho estimular o pertencimento da comunidade através da emancipação social de suas próprias narrativas.

É necessário considerar o estímulo das pessoas em participar da ação, através de uma metodologia flexível que se desenvolva no próprio fazer da coleção e da exposição. Será o momento oportuno para elucidar os limites empregados na metodologia integrativa por onde devem ser exploradas as potencialidades e limitações na feitura do trabalho junto à comunidade. Provocando o debate sobre propriedade cultural e elucidação dos impactos na comunidade com a circulação dos objetos biográficos no caminho entre: acervo pessoal/privado – objeto museal/público – acervo museal/privado (VER APÊNDICE). Esta experiência permite uma

profunda reflexão sobre o agenciamento e micropolíticas acionadas pelos comunitários nos processos de negociação que envolvem a seleção do acervo e de sua exposição pública.

Nos limites do meu conhecimento, existe uma escassez de literatura que trate de coleções compartilhadas e exposições colaborativas, contudo para sua feitura é necessário aplicar modelos educativos populares, por onde se busque relações simétricas entre as pessoas. Numa perspectiva dialógica, estabelecer relações horizontais, como mostra Freire:

“O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes” (FREIRE, 1987).

## **6. Considerações Finais**

Aqui, foi possível realizar uma digressão sobre a ideia de patrimônio e sua apropriação pelos próprios detentores da informação por onde seus “arquivos privados” tornar-se-ão “objetos públicos”, ocasionando mudanças semânticas importantes para o exercício da preservação de suas identidades. O desafio também está na produção do patrimônio cultural frente aos impositivos da especulação imobiliária sobre o território da Vila da Fábrica e a ameaça às identidades locais que já sentem o impacto do inchaço urbano na Região Metropolitana de Recife.

Este foi um trabalho gerador de ideias, potencialmente exequível, onde será preciso garantir o envolvimento e a participação da comunidade nas etapas que o constituem. Embora já tenha identificado, em suas casas, peças que tratam da singularidade de suas vidas e que se relacionam com a memória social da antiga vila operária e o processo de urbanização na cidade, será necessário a negociação direta com os proprietários para o acesso aos arquivos biográficos que visam tornar-se acervos museais. Produzir uma exposição colaborativa exige outro desafio para mim e para as demais pessoas sobre seus pertences e seus próprios modos de fazer. O contexto pandêmico trouxe uma série de problemáticas sobre a elaboração e execução do trabalho que deverão ser dimensionados no convívio com as respectivas/os moradoras/es do bairro.

## 7. REFERÊNCIAS CONSULTADAS

- AMARAL, João Paulo P. **Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial**. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2015.
- ARANTES, Antonio, Et al. **TRAJETÓRIA E DESAFIOS DO INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS (INRC)**. Revista CPC, São Paulo, n.20, p.221–260, dez. 2015.
- BAKHTIN, M. [1979] **Estética da criação verbal**. 4. ed. Trad. P. Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na era de sua Reprodutibilidade Técnica. In **Obras Escolhidas**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1985.
- \_\_\_\_\_. Experiência e Pobreza. In: **Magia e Técnica, Arte e Política**. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 10ª reimpr. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BRASIL.
- BRULON SOARES, Bruno; CARVALHO, Luciana Menezes de; CRUZ, Henrique de Vasconcelos. **O nascimento da Museologia: confluências e tendências do campo museológico no Brasil**. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano. 90 anos do Museu Histórico Nacional: em debate (1922-2012), p.244-262, 2014.
- BRULON SOARES, Bruno; SCHEINER, Tereza C. M. **A ASCENSÃO DOS MUSEUS COMUNITÁRIOS E OS PATRIMÔNIOS ‘COMUNS’: UM ENSAIO SOBRE A CASA**. Comunicação feita na IX ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2008.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Antropologia e a crise dos modelos explicativos**. Estud. av. vol.9 no.25 São Paulo Sept./Dec. 1995
- CARVALHO, Carolina Vaz. **Patrimônio cultural como categoria de pensamento e categoria de ação: notas sobre o trânsito de práticas e conceitos e um esboço de reflexão sobre a cultura indígena em museus**. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v. 4, n.1, mar. 2014.
- CAMARAGIBE, CULTURA. **Inventário Participativo dos Bens Culturais de Camaragibe**. Produção Coletiva, 1ª fase, 14 fascículos, 2018. Disponível em: <[https://issuu.com/larissaf26/docs/ipbcc\\_-\\_invent\\_rio\\_participativo\\_do](https://issuu.com/larissaf26/docs/ipbcc_-_invent_rio_participativo_do)>. Acessado em: 22 de agosto de 2019.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais**. In: Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- CAVIGNAC, Julie A. **O inventário da cultura do Seridó (RN) ou como dar conta do patrimônio imaterial de uma região**. 1Revista Memória em Rede, Pelotas, v.2, n.4, dez.2010 / mar. 2011.

CERÁVOLO, Suely Moraes. **Delineamentos para uma teoria da Museologia**. Depto. de Museologia/FFCH/UFBA, Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.12. p. 237-268. jan./dez. 2004.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no College de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FAVRET-SAADA, Jeanne. 2005. Ser afetado. Cadernos de Campo n.13. p.155-161.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CLIFFORD, James. Sobre a Autoridade Etnográfica. In **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX; José Reginaldo Santos Gonçalves (org ). 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2013

\_\_\_\_\_. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, Vozes, 1997.

GOLDMAN, Marcio. O fim da antropologia. In: **Novos Estudos**. São Paulo: Cebrap, n. 89, 2011.

GOMES, Alexandre O. **Aquilo é uma coisa de índio**: objetos, memória e etnicidade entre os Kanindé do Ceará. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFPE. 322 f. Recife: o autor. 2012.

GOMES, Alexandre O. VIEIRA, João Paulo. **A rede cearense de museus comunitários**: processos e desafios para a organização de um campo museológico autônomo. Cadernos do CEOM - Ano 27, n. 41 - Museologia Social. 2014.

GONÇALVES, Reginaldo. **A Retórica da Perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2002.

\_\_\_\_\_. **Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais**: o problema dos patrimônios culturais. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol 1, n.2, 1988.

\_\_\_\_\_. **O espírito e a matéria**: o patrimônio enquanto categoria de pensamento. In: Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio. Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. **Ressonância, Materialidade e Subjetividade**: as culturas como patrimônios. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, 2005. p.15-36.

GROSGOUEL, Ramon. “Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: Transmodernidade, Pensamento de Fronteira e Colonialidade Global. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, 2008, pp. 115-147.

INGOLD, Tim. **Anthropology is not Ethnography**. In: Being Alive. Routledge: London and New York, 2011

IPHAN. **Inventário nacional de referências culturais**: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília : Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

\_\_\_\_\_. **Salvaguarda de Bens Registrados: patrimônio cultural do Brasil**. Apoio e fomento / coordenação e organização Rívia Ryker Bandeira de Alencar. – Brasília : IPHAN, 2017.



- \_\_\_\_\_. **Patrimônio Material:** tombamento. Perguntas frequentes. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes?categoria=9>. Acessado em 15 de julho de 2019.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu:** palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- GOHN, Maria da Glória. **Empoderamento e Participação da Comunidade em Políticas Sociais.** Saúde e Sociedade v.13, n.2, p.20-31, maio-ago 2004
- JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das Cidades.** São Paulo: Casa da Palavra, 2005.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos.** Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.
- LEAL, Suely. **Fetichismo da Participação Popular:** novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife - Brasil. Ed. do Autor, 351p. 2003.
- MARINS, Paulo C. G. **Novos patrimônios, um novo Brasil?** Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 57, 2016.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. **A problemática da Identidade Cultural nos Museus:** De Objeto (de ação) a Objeto (de conhecimento). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.
- MICELI, Sérgio. **SPHAN:** refrigério da cultura oficial. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 22, p.44-47, 1987.
- MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica:** a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008a.
- MOUTINHO, Mário. **Mesa-Redonda de Santiago do Chile (1972).** In 1º Simpósio Internacional de Pesquisa em Museologia. Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia. Curso de Sociomuseologia, USP, SP. 2013.
- NITO Mariana K; SCIFONI, Simone. **O patrimônio contra a gentrificação:** a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Mínhocão. REVISTA DO CENTRO DE PESQUISA E FORMAÇÃO, nº 5, 2017.
- PEREIRA, Nereu V.; NORA, Cristina Maria Dalla. **Breve contextualização acerca de Ecomuseu.**2014, Disponível em < <http://www.sebramusrepositorio.unb.br/index.php/1sebramus/ISEbramus/paper/download/471/37>> Acessado em 29 de agosto de 2020.
- PINTO, Roberto de Souza; MIGNOLO, Walter D. **A modernidade é de fato universal?** Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. Porto Alegre: Civitas, v. 15, n. 3, p. 381- 402, 2015.
- PRIMO, Bárbara; ARAUJO, Mirela (orgs). **Inventário participativo pessoas e memórias:** Museu de Arqueologia de Itaipu. Rio de Janeiro : Data Coop, 2018.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** Buenos Aires: ed. CLACSO, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder.** Buenos Aires: CLACSO, 2014.

RIVIÈRE, G.H. (1992). **Territoires de la mémoire, les collections du patrimoine ethnologique dans les ècomuées** (dirección M. Augè, Retomado de: La Muséologie selon Georges Henri Rivière, 1989). Paris: Éditions de L'ALBARON. Rossi Ghiglione, A. 2004.

RODRIGUES, Marisa Cristina. **Cortejo Costurado: dinâmicas de pessoas e indumentárias no Maracatu Almirante do Forte** Dissertação (Mestrado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

SANTOS, Boaventura De Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez, 2010.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Reflexões sobre a Nova Museologia**. Revista do Museu Antropológico da UFG. Goiânia: CEGRAFG; v. 1, n.1, 1992, e v. 5/6, n. 1, jan. / dez. 2001/2002.

SANÍN-RESTREPO, R. **Decolonizing democracy**. EUA: Rowman & Littlefield Internatio nal, 2016.

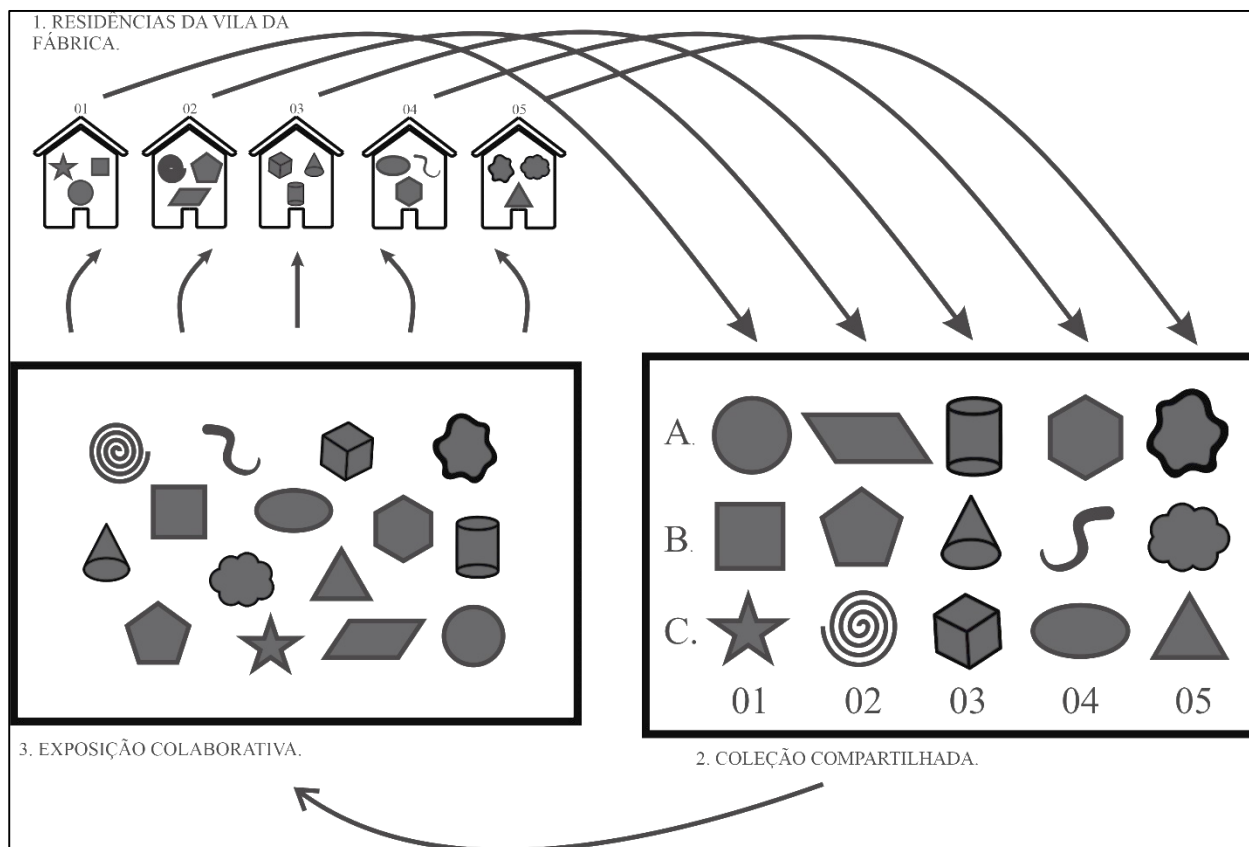
SARMENTO, Luiz Eduardo P. **Patrimonialização das culturas populares: visões, reinterpretções e transformções no contexto do frevo pernambucano**. Dissertação apresentada ao PPGA/UFPE. 230 f. Recife: o autor, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

VIERA, José Glebson; NEVES, Rita de Cássia Maria. Apresentação. In **Populações tradicionais, ambientes e transformções**. Jean Segata et al (orgs). Natal, RN : EDUFRN, 2018.

VIVEIRO DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. In: **Mana**. v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

## 8. APÊNDICES

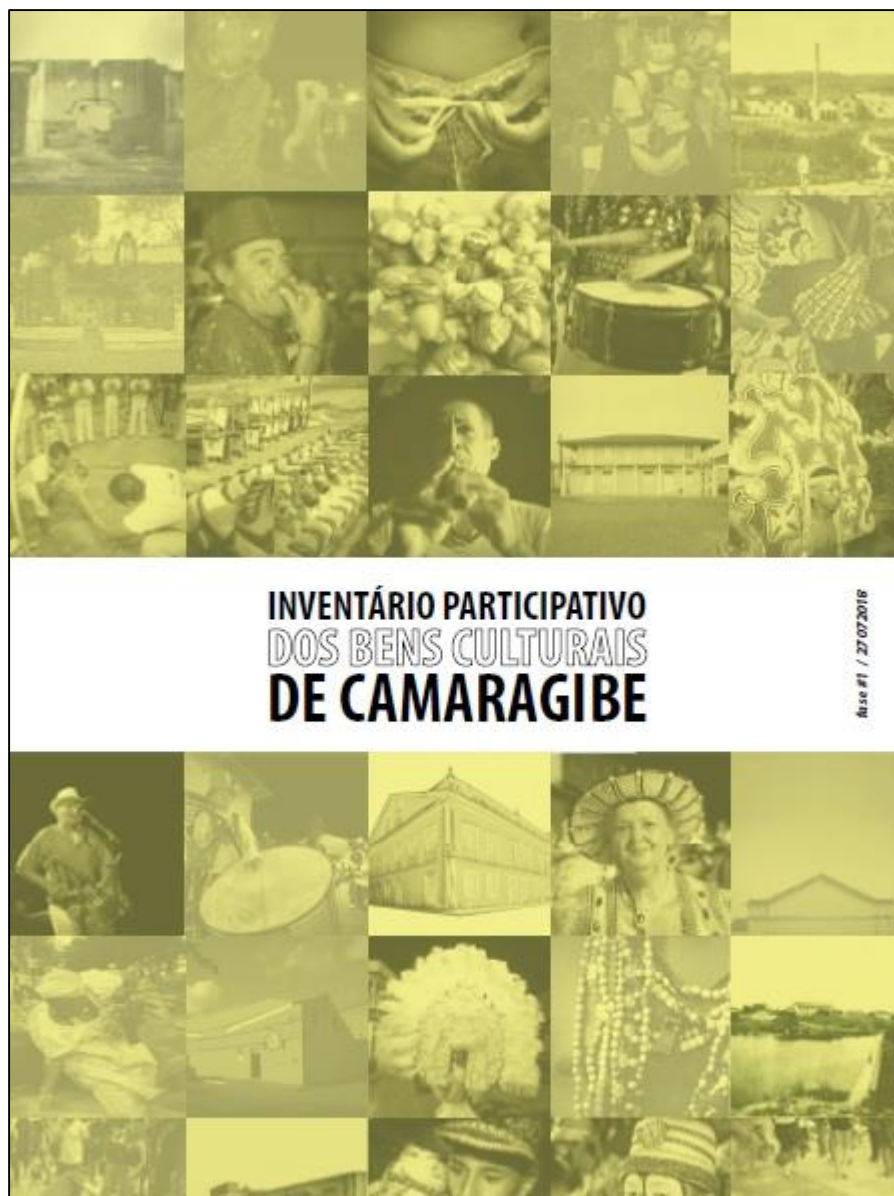


1. Fluxograma de criação e circulação da coleção compartilhada

## 9. ANEXOS



Card de Chamada para as reuniões do Inventário Camaragibe



Capa do Inventário Camaragibe, 1 Fase



**Entrevistas realizadas com as/os moradoras/res da Vila da Fábrica, Foto: Josivan Rodrigues**



**2Dona Áurea Monte.Foto: Josivan Rodrigues**



**Dona Irene Rocha., Foto: Josivan Rodrigues**





**Seu José Chagas. Foto: Josivan Rodrigues**



**Seu José Osvaldo Carolino. Foto: Josivan Rodrigues**

Ladeira da Gruta

Ladeira da Gruta! O'v elha ladeira!  
Quanto te quiz, minha ladeira amada...  
Eu te transpunha, livre de canceira,  
buscando minha jovem desposada!

por ti, passei com ela engrinaldada  
de mimscos botões de laranjeira;  
por ti, desci co'a santa companheira  
para levá-la à última morada...

Mas, hoje, que meu lar está deserto,  
posso te assegurar, ~~mito~~ de perto,  
que não me agrada perlustrar teus trilhos.

Só não te abandono imediatamente,  
porque, se a minha esposa está ausente,  
Índa te subo para ver meus filhos!...

Poema Ladeira da Gruta, (acervo pessoal)

Coqueiro Anão

Aquele coquárinho que plantámos  
e que, à tua memória, rendo culto,  
a cada instante lembra-se teu vulto  
e fala-me do quanto nos amámos.

Beijos e abraços... tudo que sonhámos,  
naquele dom amado está culto,  
até que a morte, com fatal insulto,  
desmoronou o lar que edificámos.

Como eu te amo, coqueiro pequenino!  
-Pedago de meu trágico destino,  
O'silencioso vegetal amigo...

Mas, quando a brisa a tua fronde abala,  
Eu tenho a impressão de escutar-lhe a fala,  
pressinto, ainda, que ela está comigo.

Poema Coqueiro Anão, (acervo pessoal)

# Partido Social Democrático

Diretorio Distrital de Camaragibe

Secretaria n.º 55 de dezembro de 1953

Oficio n.º 001

Ilmo. Snr. A QUEM INTERESSAR POSSA:



Saudações:

O portador deste, Snr. BIANOR MENDONÇA MONTEIRO, brasileiro, casado, com 42 anos de idade, eleito para a 13ª. Zona Eleitoral, Município de São Lourenço da Mata, residente em Camaragibe e cuja fotografia se vê ao lado devidamente autenticada, membro efetivo do DIRETORIO DISTRITAL do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO de Camaragibe, conforme consta nos termos do livro de atas, estando, desta forma, autorizado a tratar dos assuntos concernentes aos interesses deste DIRETORIO DISTRITAL.

Camaragibe, 30 de dezembro de 1953.

*Luiz de Lima dos Anjos*  
Presidente do P.S.D. Municipal.

Fraternalmente:

*Abelazara N. Costa*

Secretario

*Bianor Mendonça Monteiro*



Carnaval, (acervo pessoal)



Vila da Fábrica, (acervo pessoal)



Praça da Vila, Guarany Esporte Club, (acervo pessoal)





Serestas na Vila, (acervo pessoal)



**Antiga Fábrica de Tecidos, (acervo pessoal)**



## Telegrapho sem fio

RECIFE 5.

Todas as repartições publicas e particulares, representantes das mais altas magistraturas do Paiz, Consulados e manifestações populares, congratulam-se, para que haja a mais agradável e deslumbrante, exhibição dos "Lanceiros."

PAULISTA 5.

E' vóz geral em todas palestras, que todos os triumphos da Companhia Industrial em Camaragibe, é só e só devido ao desuzado entusiasmo dos Lanceiros este anno.

GOYANNA 5.

O professor José Lourenço (Zuzinha) tem dito repetidas vezes aqui, que o maior desgosto que lhe accabrunha a alma, é não passar o Carnaval ali com vocês, empunhando a lança.

CAXANGÁ 5.

Espera-se de um modo nunca visto, e com uma recepção formidavel, a chegada dos Lanceiros aqui. Comissões da mais fina e esmerada sociedade, esforçam-se afim de darem, um delitante brilho a festa.

VARZEA 5.

Preparam-se tambem grande festa, com bellissima recepção, na chegada dos Lanceiros amanhã aqui. A noite queimar-se ha bonito fogo de artilharia. Reina grande animação.

SÃO LOURENÇO 5.

As mais altas personagens de influencia publica neste Municipio, mostram-se verdadeiramente satisfeito com os Lanceiros, e fazem votos para que elles sejam vencedores em toda linha.

ALDEIA 5.

A qui espalham de Norte a Sul, e de Leste a Oeste, que os Lanceiros, é a flor das sociedades Carnavalescas, que existem na face da terra.

ARRAJAL 5.

Por todos recantos d'este lugar, la-se de pé firme, e fronte erguida, do valor incontestavel dos Lanceiros de Camaragibe, nos dias dezejenos dos encantos do Momto. Por quasi todas as cazas, se encontra distinteros com iniciais deste Club.

## A DIRECTORIA

Presidente: Ignacyo de Rego, Director Secretário: Theobaldo Antonio José, Secretarios: Bonifacio de Freitas (marido) e Francisco Amaro Pinheiro, Arthur Honorio e Manoel Mathias, Orador Euclides Pinx, Procurador José Monteiro e Albernino Athanazio, (marido) em exercicio, Antonio Bandeira, João de Arruda e José de Lima.

Vender gelada é commigo, mas ser papai de Club... não pega!

JOÃO MIRANDA.

## UTILIDADE

A melhor receita, que os illustres, experientes, devem applicar aos soffres perturbados de nossas pandegas Carnavalescas, é a seguinte:

Agua... não precisa.

Seu trabalho não me serve.

Desocupe a casa immediatamente.

Ao 9 minutos, confuma a phibissimaria do bruto.

Este preparado, depois de acalmado no sol mos, sendo applicado com energia, é de effeito radical, contra caprichos, arrogancia, maldade-brabos, e volentes.

São Quinto

Para fazer gloria so eu e Vimo... mas estes outros que andam por ali...

JOSÉ BARBARI

## NOSSO REPÉRTORIO

Marcha: Olha o Alívio  
 • D. Julia Pires  
 • Dão Gordura  
 • Lembrança Insuperavel  
 • E o Regresso  
 Arias: D. Camilla  
 • Noemia  
 Tango: Resolvelho  
 Valsa